

Revista de imprensa

Professores sujeitos a nota mínima

O Estatuto da Carreira Docente exige que os futuros professores façam uma prova de ingresso na profissão. Na proposta de portaria que regulamenta o estatuto, o Governo é claro: os erros gramaticais, as más construções frásicas e uma maior dificuldade em falar em público ou expor ideias vão fechar as portas do ensino aos jovens licenciados. O documento estipula que, mesmo depois de cinco anos de universidade e o grau de mestre conferido em instituições cujos cursos são reconhecidos pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, os professores sejam avaliados com três exames distintos.

Correio da Manhã

03.09

Fenprof acusa Governo de despedimento em massa

A Fenprof acusou ontem o Governo de José Sócrates de estar a promover o equivalente a um dos maiores despedimentos colectivos no País, a propósito do concurso de colocação de professores que, na primeira fase, deixou de fora quase 45 mil candidatos. "Este é o maior, ou dos maiores, despedimento colectivo que teve lugar neste país, da responsabilidade de um Governo que ainda por cima quando se candidatou e se apresentou a votos prometeu criar empregos", afirmou Mário Nogueira, dirigente da Fenprof.

Meia Hora

04.09

CGTP quer aumento de 5,8% no salário mínimo

A CGTP reivindicou ontem um aumento de 5,8% para o Salário Mínimo Nacional, de modo a que o seu valor passe para 426,5 euros em Janeiro de 2008 e respeite o compromisso de chegar aos 450 euros em 2009 e aos 500 euros em 2011. Entretanto, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) revelou ontem que o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública diminuiu mais de 10% nos últimos sete anos. Na apresentação da proposta de actualização das condições de trabalho na Administração Pública para o próximo ano, o sindicato revelou que os trabalhadores cujos salários foram congelados em 2003 e 2004 perderam, em termos acumulados, 10,3% do poder de compra. Já os restantes trabalhadores não abrangidos pelo congelamento perderam 7% desse poder.

Destak

05.09

OE 2008 não cobre salários em mais de metade das universidades

As verbas do Orçamento do Estado que vão ser transferidas para as instituições de ensino superior no próximo ano não cobrem as despesas com pessoal em oito das 14 universidades públicas. Nos politécnicos, são afectados cinco dos 15 institutos (?). Em 2008, a dotação pública do ensino superior cresce ligeiramente, mas de forma residual: as verbas a distribuir directamente pelas instituições passam dos 970,5 milhões de euros de 2007 para 977,1 milhões (cresce 0,68%). Açores, Algarve, Madeira, Trás-os-Montes, Aveiro, Évora, ISCTE e Beira Interior são as universidades que têm uma situação mais delicada. Nos politécnicos, Tomar, Bragança, Portalegre, Guarda e Viana do Castelo são os que se vêem mais afectados na capacidade de cobrir os salários através das verbas do OE de 2008.

Jornal de Negócios

11.09

Ensino privado cresce

Só no ano lectivo de 2006/2007, e segundo números preliminares do gabinete de estatística do Ministério da Educação a que o SOL teve acesso, as escolas particulares ganharam mais de cinco mil alunos no básico e no secundário, o que corresponde a um aumento de 2,8 por cento. O privado contabiliza agora cerca de 197 mil estudantes nestes dois níveis de ensino, o número mais elevado dos últimos cinco anos. No mesmo período, a escola pública perdeu dezenas de milhares de alunos, tendência a que a tutela começa agora a pôr travão com a aposta nos cursos profissionalizantes.

Sol

15.09

Emigrantes na Alemanha nas ruas contra falta de professores

A Federação das Associações Portuguesas na Alemanha (FAPA) manifesta-se hoje em Dusseldorf contra a falta de professores de português naquele país, apesar de o Ministério da Educação (ME) ter anunciado que vai colocar mais docentes. Em Julho passado, uma professora denunciou que cerca de 900 alunos nas áreas de Dusseldorf, Frankfurt e Estugarda iriam ficar sem aulas de português porque os professores que as leccionavam se tinham reformado. "Esses seis professores eram pagos pelas entidades alemãs, mas reformaram-se e a Alemanha, que já

desde 2000 avisava Portugal que não iria contratar mais docentes, não os substituiu", explicou o presidente da FAPA, Vítor Estradas.

Público

16.09

Três quartos dos adultos só têm ensino básico

Não há dados para 12 as regiões comunitárias, mas entre todas as outras, o panorama da qualificação dos trabalhadores portugueses é, no mínimo, desolador. Começando a ler a lista das regiões com mais pessoas que nunca ultrapassaram a escolaridade mínima, entre todos os 27 países que hoje integram a União Europeia, em último lugar aparecem os Açores (81% das pessoas tem o 9º ano ou menos, ou seja, oito em cada dez), depois o Norte (80%), o Centro (78%), a Madeira e o Alentejo. Só o sexto pior qualificado, a ilha de Malta, não é português. Mas a interrupção é curta: logo a seguir vem o Algarve. E Lisboa não está assim tão bem qualificada quanto isso: só tem quatro regiões estrangeiras pior colocadas. Considerando todo o país, três em cada quatro pessoas com idade para trabalhar nunca passou do 9.º ano, à semelhança do que acontece em Malta. Nos 27 países, já agora, a média está pouco acima de um em cada quatro.

Jornal de Notícias

17.09

Escolas frias dão polémica

Quatro em cada cinco escolas são frias e têm excesso de humidade no ar. A acusação foi feita ontem pela DECO, depois de dois estudos realizados em Fevereiro em 40 salas de aula de 20 escolas portuguesas, mas foi prontamente contestada pelo ministério da Educação. Há muitas escolas que, além de frias e húmidas, não terão ventilação adequada nos edifícios, degradados e com ar interior de má qualidade. Em 80 por cento das escolas, a renovação do ar é insuficiente, segundo a DECO...

Jornal de Notícias

19.09

Portugueses figuram entre os que mais cedo saem da escola

Apenas 26% dos portugueses, entre os 25 e 64 anos, possui o ensino secundário. Menos de metade da média dos restantes países da OCDE (68%). Abaixo de Portugal, só o México (21%). A média sobe se estreitarmos a faixa etária. Quarenta e três por cento dos portugueses entre os 25 e 34 anos concluíram o secundário. Mesmo assim, Portugal continua muito longe da média da OCDE (77%) e a "anos-luz" de países como a República Checa, onde 94% dos jovens concluem o secundário. Espanha e Itália são os países mais próximos, com taxas de 64 e 66%, respectivamente.

Jornal de Notícias

19.09

Investimento abaixo da média

Portugal gasta anualmente 5030 euros em despesas de educação por aluno, desde o ensino básico até ao superior, estando no 23.º lugar entre os 34 países analisados pela OCDE. Com menor investimento do que Portugal ficam apenas seis países europeus: Grécia, a República Checa, Hungria, Estónia, a Polónia e a Eslováquia. No fim da tabela constam ainda México, Turquia, Chile, Rússia e Brasil. Nos diferentes níveis de ensino, Portugal surge sempre abaixo da média dos países da OCDE. Assim, nos gastos com o primeiro e segundo ciclos do ensino básico, Portugal despendeu 4054 euros, menos 997 do que a média da OCDE. Já no terceiro ciclo do básico e ensino secundário foram gastos por ano e por estudante 5342 euros, enquanto a média da organização se situa nos 6301. No ensino superior, o investimento do Estado português é de 6703 euros contra uma média de 9613 euros.

Global Notícias

19.09

Superior está a aumentar propinas até ao máximo

O valor da propina anual no 1.º ciclo do Ensino Superior (licenciatura), também aplicado em muitos casos nos mestrados integrados, sofreu uma subida generalizada no sector do Estado. Há 18 instituições, entre universidades e faculdades, que se colaram à propina máxima legal, isto é, 949,14 euros. Os aumentos chegam a atingir os 22,81%. Contrariando a lei 49/2005, de 30 de Agosto, muitas universidades aplicam a mesma propina para todos os cursos, não distinguindo, por exemplo, Medicina de Letras. (?) Universidades com cursos de áreas tão distintas quanto Engenharias, Ciências Sociais, Letras e Medicina - curso com o índice de custo mais elevado nas regras oficiais de financiamento do Estado - optaram por fazer tábua rasa da lei, aplicando a mesma propina em todos os casos. É assim nas universidades de Coimbra, Porto, Beira Interior e Minho.

Jornal de Notícias

21.09